

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a

(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Outras disposições

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 115.º - A

Indemnização a agricultores e produtores florestais lesados pela destruição causada nas suas produções por animais selvagens

1 – No prazo de 30 dias, após a entrada em vigor da presente lei, é implementado um processo simples e rápido de indemnização a agricultores e produtores florestais lesados pela destruição causada nas suas produções por animais selvagens.

2 – A indemnização prevista no número anterior não implica a assunção de culpa por parte do Estado nem elimina, caso este se verifique, o direito de regresso.

3 – Para os efeitos de atribuição da indemnização prevista nos números anteriores, o Governo assegura uma verba mínima de 3.000.000 de euros, tendo por base a comunicação, a efectuar pelos lesados, do incidente gerador de dano.

Nota Justificativa:

Nos últimos anos, um pouco por todo o território nacional e com constante aumento de episódios que o demonstram, tem-se assistido a um aumento da população da fauna selvagem nacional, em especial do javali, circunstância que tem motivado reiteradas queixas por parte de vários sectores da sociedade civil.

Na agricultura, pese embora os motivos ou explicações apontadas para o aumento descontrolado desta população sejam vários ao longo do tempo, poucas têm sido as soluções apresentadas para controlar este flagelo que muito tem contribuído para a destruição de culturas, com particular preponderância na do milho, mas também em sementeiras variadas ou até mesmo em zonas florestais.

O ressarcimento pelos danos e/ou prejuízos existentes que se apontam, ainda que constem e estejam igualmente previstos em legislação para o efeito, são na verdade demasiado demorados na sua tramitação, o que não se compadece com a urgência do seu deferimento.

Reunidos todos estes factores, torna-se cada vez mais inequívoca a necessidade de intervenção do Estado na resolução destes problemas agilizando o ressarcimento dos danos e/ou prejuízos causados aos agricultores.

São Bento, 3 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa